

36 ° Encontro Anual da Anpocs

GT- 08 – Educação e Sociedade

Ensino Superior e Inclusão Étnico-racial: análise do sistema de cotas sociais da UFGD-MS.

Márcio Mucedula Aguiar

Introdução

Este trabalho pretende analisar a implantação do Sistema de Cotas Sociais na Universidade Federal da Grande Dourados em Mato Grosso do Sul. Esta análise é importante para elucidar se o sistema de cotas sociais está incluindo negros e indígenas na universidade. O estado de Mato Grosso do Sul está inserido numa região de fronteiras. Há uma forte presença e influência dos povos paraguaio e boliviano, negros e principalmente povos indígenas. Cabe destaque que a cidade de Dourados possui uma das maiores reservas indígenas do estado abrigando povos, com línguas e costumes diferenciados.

A Universidade Federal da Grande Dourados foi criada em 2005. Esta universidade nasce de um desdobramento do antigo campos da UFMS que existia na cidade de Dourados desde a década de 70. Hoje a UFGD possui dez faculdades que abrigam vinte e nove cursos de graduação. Destaca-se também a existência de oito cursos de especialização, quinze cursos de mestrado e três cursos de doutorado. A universidade tem aproximadamente seis mil alunos matriculados em seus cursos de graduação.

Em 2008 a UFGD aderiu ao Plano de Reestruturação Universitária, além da criação de novos cursos a Universidade também adotou um conjunto de disciplinas que visavam a formação de alunos de forma interdisciplinar e multidisciplinar. Os alunos deveriam cursar, nos três primeiros semestres, no mínimo seis dos seguintes eixos: Cidadania, Diversidades e Direitos Humanos; Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Educação, Sociedade e Cidadania; Território, Fronteiras e Globalização; Sustentabilidade na Produção de Alimentos e Energia; Corpo, Saúde e Sexualidade; Linguagens, Lógica e Discurso; Economias Regionais, Arranjos Produtivos e Mercados; Ética e Paradigmas do Conhecimento; Tecnologias da Informação e Comunicação; Conhecimento e Tecnologias; Ciência e Cotidiano.

A UFGD desde sua fundação se preocupa com a diversidade. Em 2006 ela criou o Curso de Licenciatura Indígena. O curso tinha como objetivo a formação de professores indígenas para atuar nas escolas das aldeias. Foi também criado o curso de Licenciaturas em Ciências Sociais/Proneira para assentados e assentadas rurais do Mato Grosso do Sul que formará sua primeira turma ainda este ano. Ambos os cursos optaram pelo uso da chamada pedagogia da Alternância, que alterna a formação dos alunos entre atividades na universidade e nas comunidades de origem. Os cursos articulam a formação acadêmica as especificidades destes grupos que não teriam condições para realizar sua formação no formato tradicional dos cursos de graduação.

A UFGD com o objetivo de aumentar a inclusão de grupos poucos representativos na universidade optou pela adoção o Sistema de Cotas Sociais. Na ocasião dos debates para implantação do Reuni em 2008 prevaleceu a opinião de que o recorte social proporcionaria a inclusão de estudantes de baixa renda e dentre estes indígenas e negros. Com isso a universidade reservou para o vestibular de 2009, vinte e cinco por cento (25%) de suas vagas para estudantes egressos da escola pública. A proposta da criação de um sistema de cotas de recorte étnicorracial apresentou pouca aceitação considerando que a maioria daqueles que participaram do debate acreditava que negros e indígenas, por pertencerem a camadas sociais menos privilegiadas seriam contemplados pelo sistema de cotas destinado a estudantes de escola pública. A partir dessa situação e objetivando ter dados mais concretos á respeito da inclusão proporcionada pelo sistema de cotas sociais que foi elaborado um projeto de pesquisa. Para tornar viável a pesquisa foi escolhida uma amostra de cursos para observar se negros e indígenas estavam sendo incluídos pelo sistema. Optou-se pela a análise dos três cursos mais e menos concorridos da UFGD.

Os três cursos mais concorridos sempre costumam serem formados por aqueles mais tradicionais como Medicina e Direito enquanto os menos concorridos geralmente são formados pelos cursos de licenciaturas. No senso comum entre alunos, professores é comum a ideia da existência de cursos “pobres” e “ricos”. Sendo que nessa representação seria mais fácil encontrar

alunos mais carentes nos cursos “destinados” aos pobres enquanto os cursos mais elitizados manteriam alunos com melhores condições econômicas. O trabalho também queria observar até que ponto essa representação encontrava respaldo nos dados empíricos.

Como foi dito anteriormente muitos daqueles que participaram dos debates para implantação do REUNI, acreditavam que o sistema de cotas sociais proporcionaria a inclusão étnicorracial considerando que negros e indígenas são oriundos das camadas mais humildes da população. Um dos objetivos da pesquisa era observar se o perfil étnicorracial destes cursos estaria sendo alterado pela adoção do sistema de cotas sociais. Este projeto foi desenvolvido nos três primeiros anos de implantação do sistema de cotas sociais serão analisados os dados resultantes da aplicação do questionário socioeconômico nas turmas que compuseram a amostra da pesquisa entre os anos de 2009 e 2011.

Universidade e Inclusão

A demanda para criação de políticas de inclusão étnicorracial no ensino superior é histórica. Tal demanda começa a se concretizar principalmente a partir da década de mil novecentos e noventa, depois da criação do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O acesso ao ensino superior seria democrático? Ou seja, as universidades traduziriam a mesma composição social da população ou seria espaço das minorias mais privilegiadas da população. As demandas de membros de grupos organizados do Movimento Negro pela uma maior inclusão dos negros na universidade culminaram no debate sobre as chamadas ações afirmativas.

As ações afirmativas seriam constituídas por políticas públicas específicas destinadas a grupos que historicamente foram marginalizados. Seriam compensatórias no sentido de corrigir situações de injustiça geradas no passado. (Gomes, 2001, pág. 40) No caso brasileiro, considerando nosso

passado escravocrata e as políticas forçadas de inclusão dos povos indígenas, seriam uma forma de compensar essa dívida histórica.

Cabe destaque também que existem situações onde se pode observar a sub-representação de certos grupos em certos espaços sociais. Para Guimarães (1999, pág. 159) quando existem evidências de mecanismos discriminatórios (racial, étnico, sexual) que dificultam a inserção desses grupos em certos espaços sociais torna-se necessário a atribuição de metas de distribuição para correção dessas distorções existentes na vida social. No caso da universidade a presença negra e indígena ainda é ínfima se comparada com aqueles que se consideram brancos. Essas políticas também seriam provisórias, ao se corrigirem essas distorções elas não seriam mais necessárias. São políticas que também não eliminam as políticas universalistas. (Guimarães, 1999, pág. 173) Ou seja, a melhoria do ensino fundamental e médio, o combate a pobreza devem se combinar as políticas específicas para que a igualdade prevista no texto constitucional se concretize na vida social.

As instituições de ensino superior precisam ser mais plurais tanto culturalmente quanto socialmente. A inclusão de pessoas de diferentes origens sociais, culturais pode contribuir para a construção de universidades mais democráticas (SCHWARTZMAN, 2008, pág.23)

Schwartzman também ressalta:

“Políticas de inclusão devem lidar com a questão de quem são os excluídos e, portanto, merecedores de políticas específicas de atendimento: como selecionar, tomando critérios sociais, e não somente de desempenho; em que tipos de instituição (pública, privada) e carreiras (mais e menos disputadas) estas políticas devem privilegiar, o que fazer com estudantes menos qualificados uma vez admitidos ao ensino superior.” (SCHWARTZMAN, 2008, pág. 27)

A riqueza e diversidade cultural dos povos que hoje vivem no Mato Grosso do Sul precisa ser contemplada nos bancos da universidade. Ao serem incluídos, esses alunos poderão ter papel fundamental em suas comunidades de origem. Considerando a necessidade de se ampliar as concepções de mundo, esses estudantes poderão contribuir inclusive para criação de conhecimentos mais plurais que alarguem a concepção de conhecimento ocidental.

Esses alunos poderão exigir o desenvolvimento de novos métodos e práticas pedagógicas que possibilitaram pesquisas e desenvolvimentos de novas estratégias de ensino. Nessa mesma linha de raciocínio Carvalho (2008, pág. 230) entende que as políticas de inclusão são menos importante no sentido da ampliação das vagas do que da diversificação do corpo discente.

“Democratizar, nesse sentido, seria aproveitar os talentos, neutralizando barreiras socioeconômicas a esse aproveitamento. Supondo uma distribuição igual de talentos por todas as camadas sociais, o corpo discente democrático seria, então, aquele que reproduzisse com a maior aproximação possível a composição social da população.” (CARVALHO, 2008, pág. 230)

A formação de um corpo discente mais plural é condição de democratização da universidade. Mas essa inclusão exigirá também uma série de outras ações que mantenham os alunos na universidade. Desde bolsas e estágios que possibilitem renda a esses alunos até a criação de cursos de nivelamento pedagógico para que esses alunos possam superar possíveis dificuldades resultantes da má qualidade do ensino fundamental e médio.

Essas variáveis são importantes na análise do sistema de cotas sociais. O sistema poderá incluir sem romper com a estratificação existente entre os cursos, ou, seja o sistema de ensino continuará perpetuando desigualdades.

As análises de Pierre Bourdieu (2012) sobre o papel do sistema de ensino na reprodução das desigualdades poderá ser importante para compreensão dos dados levantados por essa pesquisa.

Ainda hoje a escola representa para as camadas médias um dos principais mecanismos de mobilidade social. Mas seria essa uma realidade para as camadas menos privilegiadas da população?

Segundo os estudos de Bourdieu (2012, pág. 41), o sistema de ensino é um dos mecanismos mais eficazes para conservação social. O acesso ao ensino superior é resultado de uma seleção direta ou indireta que age ao longo de toda a escolaridade pesando desigualmente entre sujeitos de diferentes classes. Em nossa sociedade vários estudos realizados desde a década de setenta comprovaram que a “raça” no Brasil tem implicações nas desigualdades sociais. Da mesma maneira, pertencer a uma etnia indígena também terá implicações no desenvolvimento dos estudos, desde a dificuldade da língua até o preconceito e despreparo dos professores para lidar com esses alunos.

Para Bourdieu (2012, pág.42) cada família transmite um ethos ou capital cultural a seus filhos. Esse capital que pode ser concebido como um sistema de valores introjetados irão definir a atitude dessas crianças em face a escola e aos estudos posteriores. Bourdieu, também demonstra que o êxito escolar dos estudantes cresce em relação direta a renda de suas famílias.

As pesquisas de Bourdieu (2012, pág.43) também demonstram o papel que o local de moradia terá no sucesso dos alunos. Aqueles que moram em melhores bairros, terão melhores condições financeiras e maiores vantagens no acesso aos bens culturais. Tal situação é visível em Dourados, os povos indígenas vivem numa reserva próxima a cidade de Dourados. Apesar da proximidade, a aldeia não tem os mesmos recursos daqueles que vivem na cidade. A ausência de asfalto, por exemplo, é um dos fatores que dificultam o

desenvolvimento escolar. Em dias de muita chuva é comum a ausência desses alunos em sala de aula. Essa mesma dificuldade é compartilhada por alunos que moram nos assentamentos rurais.

A importância do trabalho de Bourdieu se deve principalmente a demonstração que existe um conjunto de variáveis que vão desde o nível de escolaridade dos pais, o tipo de estabelecimento de ensino frequentado, o local de moradia que terão papel importante no sucesso escolar do indivíduo. A análise dos dados desta pesquisa poderão elucidar até que ponto o sistema de cotas sociais tem tido sucesso em romper ou não que com essas desigualdades que perpassam todo o sistema de ensino.

Metodologia e amostra

A análise da implantação do sistema de cotas sociais da UFGD foi realizada a partir de uma amostra dos cursos. Considerando a ausência de recursos tanto financeiros e pessoais para análise de todos os cursos optou-se pelo recorte dos três cursos mais e menos concorridos da universidade.

Entre os cursos mais concorridos dois prevaleceram entre 2009 e 2011, Medicina e Direito. Quanto ao terceiro curso houve variação nos três anos. No ano de 2009 o terceiro curso mais concorrido foi Nutrição. Em 2010 o curso de Agronomia e em 2011 o curso de Administração de Empresas.

Os cursos menos concorridos tiveram uma maior variação, mas uma característica em comum desses cursos é de serem de licenciatura. No ano de 2009, os cursos menos concorridos eram História, Artes Cênicas e Matemática. Em 2010 dois também se repetiram História e Artes Cênicas e Ciências Sociais. Por fim em 2011, Artes Cênicas, Ciências Sociais e Letras.

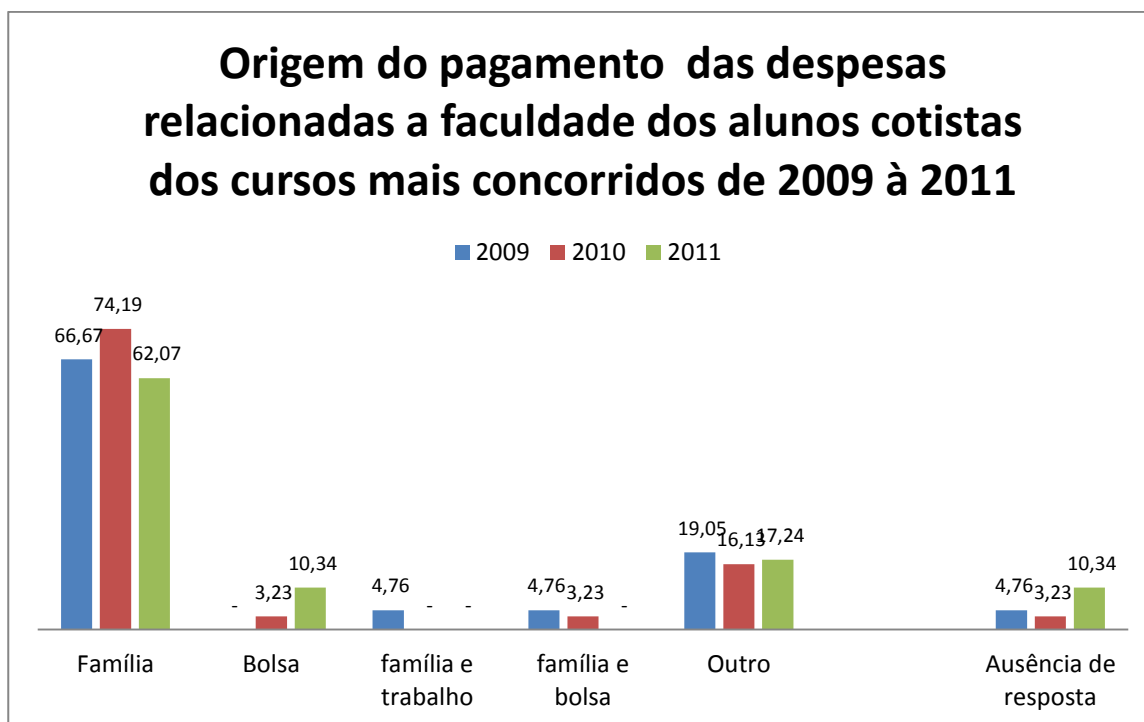
Foi elaborado um questionário visando levantar dados a respeito das condições socioeconômicas desses alunos. Aplicação do questionário foi realizada nos dias de disciplinas obrigatórias e a partir das sugestões dos professores sobre os horários onde havia maior comparecimento as aulas.

Os dados e gráficos que serão analisados se referem aos questionários válidos aplicados entre os anos de 2009 e 2011 dos cursos mais e menos concorridos que totalizam 558 questionários. Deste total correspondem 442 respostas de alunos não cotistas e 116 de alunos cotistas. Em termos percentuais as respostas válidas correspondem a 79,2% de alunos não cotistas e 20,7 % de alunos cotistas da amostra. Em todas as turmas aplicadas é baixo o número de alunos cotistas que responderam os questionários quando comparados aos alunos não cotistas. Apenas para citar o ano de 2009, a somatória dos cotistas dos cursos mais e menos concorridos totalizou apenas 27 questionários válidos enquanto os não cotistas tiveram 115 questionários válidos. Nos dois anos que se seguiram a diferença de números entre cotistas e não-cotistas se mantiveram, com isso a amostra não conseguiu chegar ao número de 25% das vagas destinadas aos cursos da amostra pelo sistema de cotas sociais. Os cursos menos concorridos foram os que menos apresentaram respostas de alunos cotistas. Muitos fatores poderiam explicar essa ausência de participação dos alunos cotistas, desde a desistência do curso, até a ausência no dia de aplicação do questionário, o fator que talvez mais explique tal situação pode estar associado ao receio destes alunos em serem identificados como cotistas.

Ao se dividir a amostra em cursos mais e menos concorridos, o objetivo era observar se o sistema de cotas sociais estava modificando o perfil dos alunos desses cursos. Ao considerar-se a análise de Bourdieu que o acesso ao nível superior reproduz certas desigualdades anteriores, será observado se os cursos considerados de maior prestígio e status (mais concorridos) estariam conseguindo contemplar alunos de origem mais humilde. Seguindo esse mesmo pressuposto, as Licenciaturas são cursos considerados de pouco prestígio social e status e com menor procura, cursos tradicionalmente formados por alunos de origem mais humildes. Será observado até que ponto essa situação aconteceria ou não na UFGD.

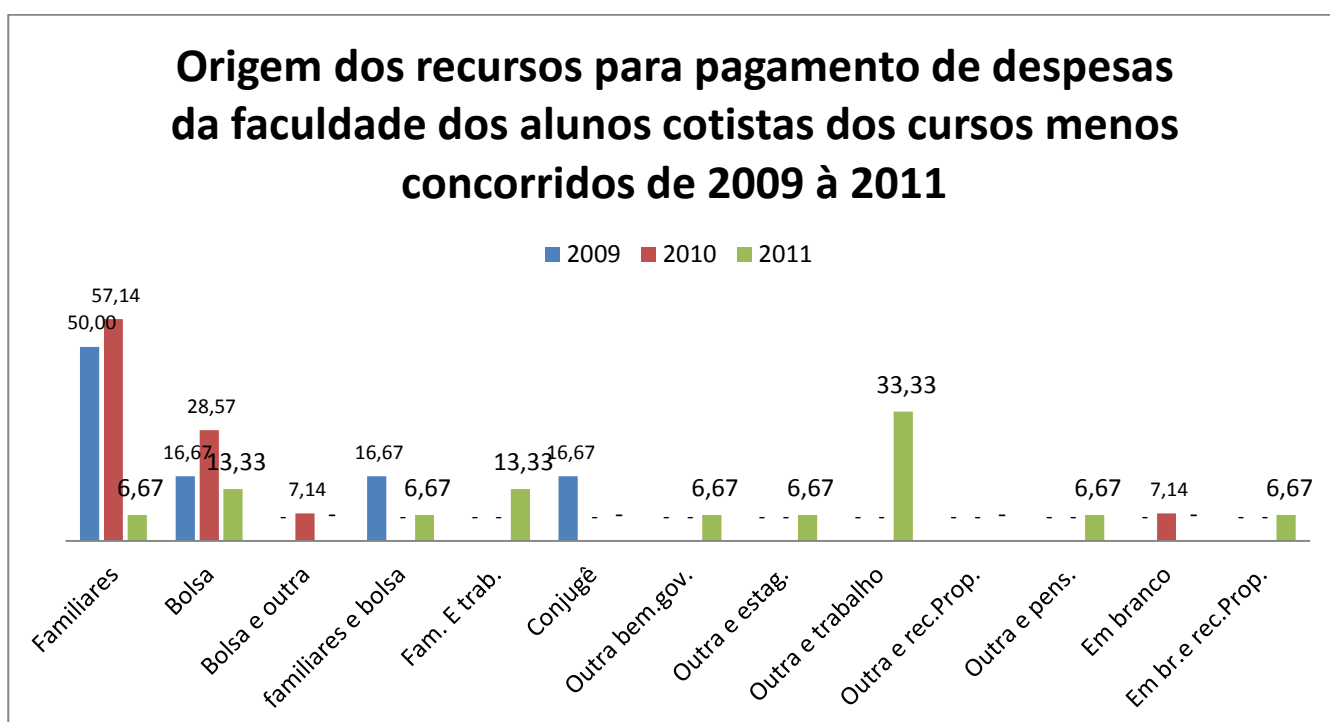
Pagamento de despesas relacionadas à faculdade dos alunos cotistas e não cotistas entre os cursos mais e menos concorridos

O ingresso em uma universidade pública não significa ausência de gastos. Pelo contrário, os alunos tem uma série de custos que vão desde o transporte até a necessidade de recursos para cópia de textos. Um indicador que pode demonstrar a existência ou não de diferenças entre os perfis de alunos que ingressam no curso superior, dependendo do curso, é a origem dos recursos para pagamento de despesas. Será feita uma comparação da origem dos recursos dos alunos cotistas e não cotistas dos cursos mais e menos concorridos.



Nos três anos de análise é interessante observar que os alunos cotistas dos cursos mais concorridos dependem em sua maioria de suas famílias para se manterem na faculdade. Observe que no ano de 2010, 74,19% dos alunos cotistas dependiam de suas famílias. A porcentagem de alunos que dependiam de bolsa para manterem é pequena, a maior taxa se encontra no ano de 2011 com 10,34% dos alunos dependendo de bolsas. Se considerarmos que estes são os cursos mais concorridos, incluindo cursos de período integral, como o de

Medicina, pode-se supor que essas famílias sejam mais abastadas. Manter um filho em período integral na escola pode representar um alto custo para família. Note que entre os cursos mais concorridos, também se encontra o curso de Direito que é noturno, observe que nenhum aluno, assinalou que dependiam exclusivamente do trabalho, apenas 4,76% dos alunos dependem da família associada ao trabalho. Portanto não é improvável que essas famílias tenham melhores condições econômicas.



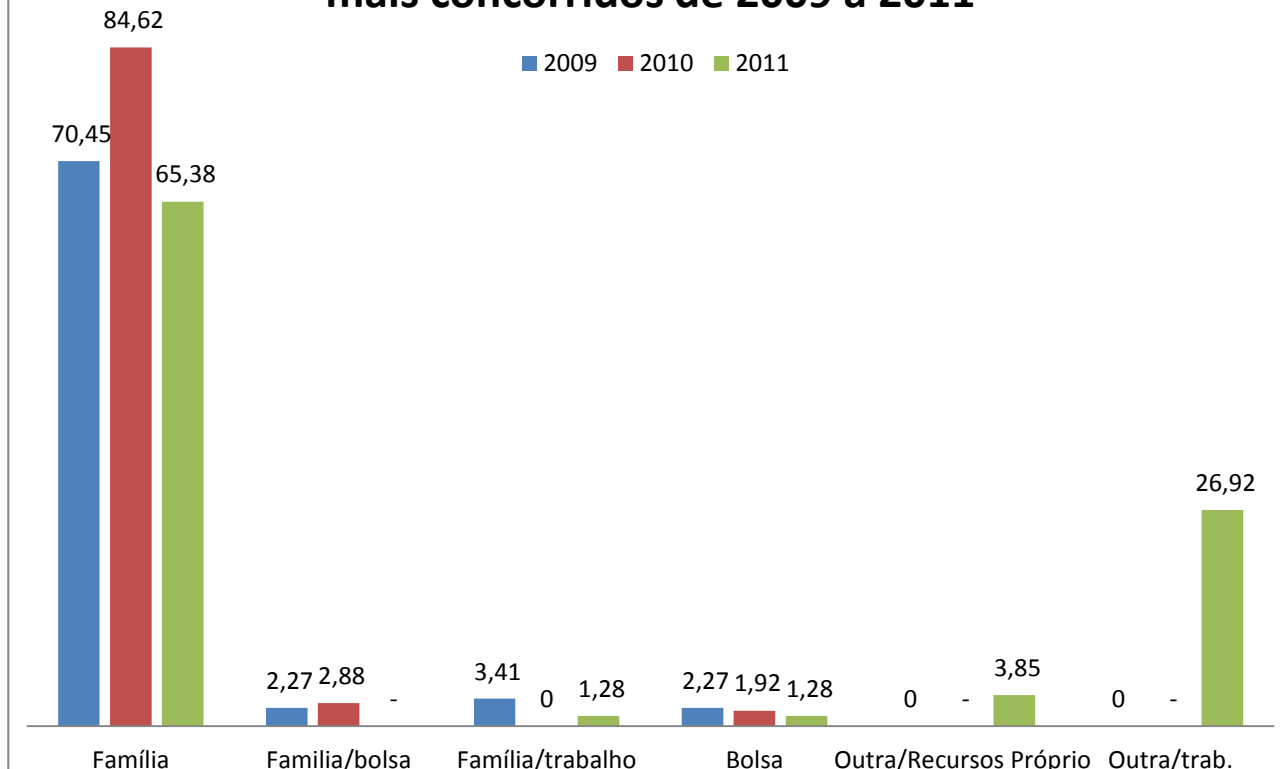
Os alunos cotistas dos cursos menos concorridos também dependem de suas famílias, observem que dos dois primeiros anos do sistema de cotas sociais eles predominam, sendo que ano de 2010 totalizam 57,14% da amostra. Mas no ano de 2011 totalizam apenas 6,67 por cento da amostra. Mas aqui o dado que ressalta a diferença entre esses dois grupos de cotistas é que 33,3% por cento dos alunos cotistas dos cursos menos concorridos dependem de outras fontes e do próprio trabalho para se manterem. Os que dependem de bolsas, no ano de 2010 chegaram 28,57 por cento dos alunos, lembrando que

entre os alunos cotistas dos cursos mais concorridos, apenas 10,34 por cento dos alunos no ano de 2011 dependiam de bolsas. Aqueles que dependem da família associada ao trabalho também se encontram em maior número, comparando com os cotistas dos cursos mais concorridos, respectivamente, 13,33 por cento contra 4,76 por cento.

Os dados mostram que existem diferenças significativas do pagamento de despesas quando se comparam cotistas dos cursos mais e menos concorridos. Os cotistas dos cursos mais concorridos tem melhores condições de se manterem na faculdade considerando que a maioria depende das famílias, a porcentagem dos que depende de bolsas associadas ao trabalho também é comparativamente menor com os alunos cotistas dos cursos menos concorridos.

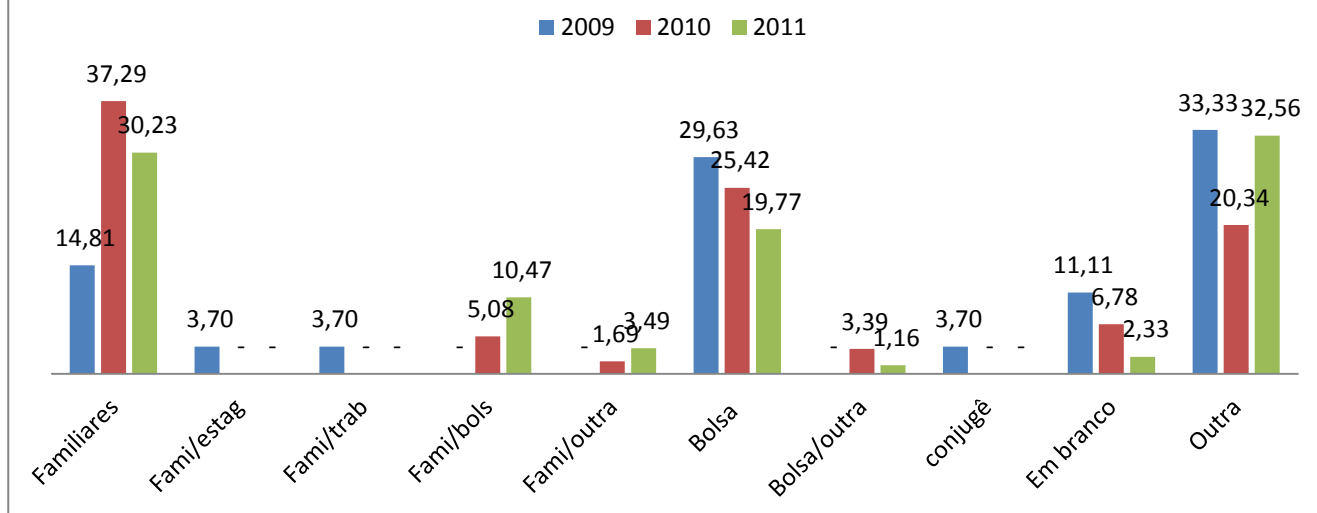
Serão analisados agora a origem do pagamento das despesas dos alunos não cotistas dos cursos mais concorridos. Nesse caso observe que entre os anos de 2009 à 2011 a porcentagem dos alunos que dependem exclusivamente das famílias para se manterem na faculdade varia de 70,45% a 65,38%. Notem que mais da metade desses alunos não cotistas que estão nos cursos mais concorridos não trabalham ou dependem de bolsas para suas despesas. Um dado interessante é que no ano de 2011, 26,92% dos alunos responderam dependerem de outras fontes associadas ao trabalho. As outras categorias apresentam porcentagens pequenas se comparadas com aqueles que dependem de suas famílias.

Origem dos recursos para pagamento de despesas da faculdade dos alunos não cotistas dos cursos mais concorridos de 2009 à 2011



Os alunos não cotistas dos cursos menos concorridos que dependem exclusivamente da família para se manterem não chegam a 38% da amostra. Observe que os alunos não cotistas dos cursos menos concorridos dependem depois de família de outras fontes, seguido de bolsas. No ano de 2009, por exemplo, 29,63% dependiam bolsas para suas despesas. No caso dos alunos não cotistas dos cursos mais concorridos, apenas o ano de 2011 apresentou alunos que dependiam de outras fontes para se manterem. Nos cursos menos concorridos, as categorias que mais se destacaram para explicação da origem dos recursos para pagamento de despesas, foi a família, seguida de bolsas e outras fontes. Esses dados poderão ser observados no gráfico abaixo:

Origem dos recursos para pagamento de despesas da faculdade dos alunos não cotistas dos cursos menos concorridos de 2009 à 2011



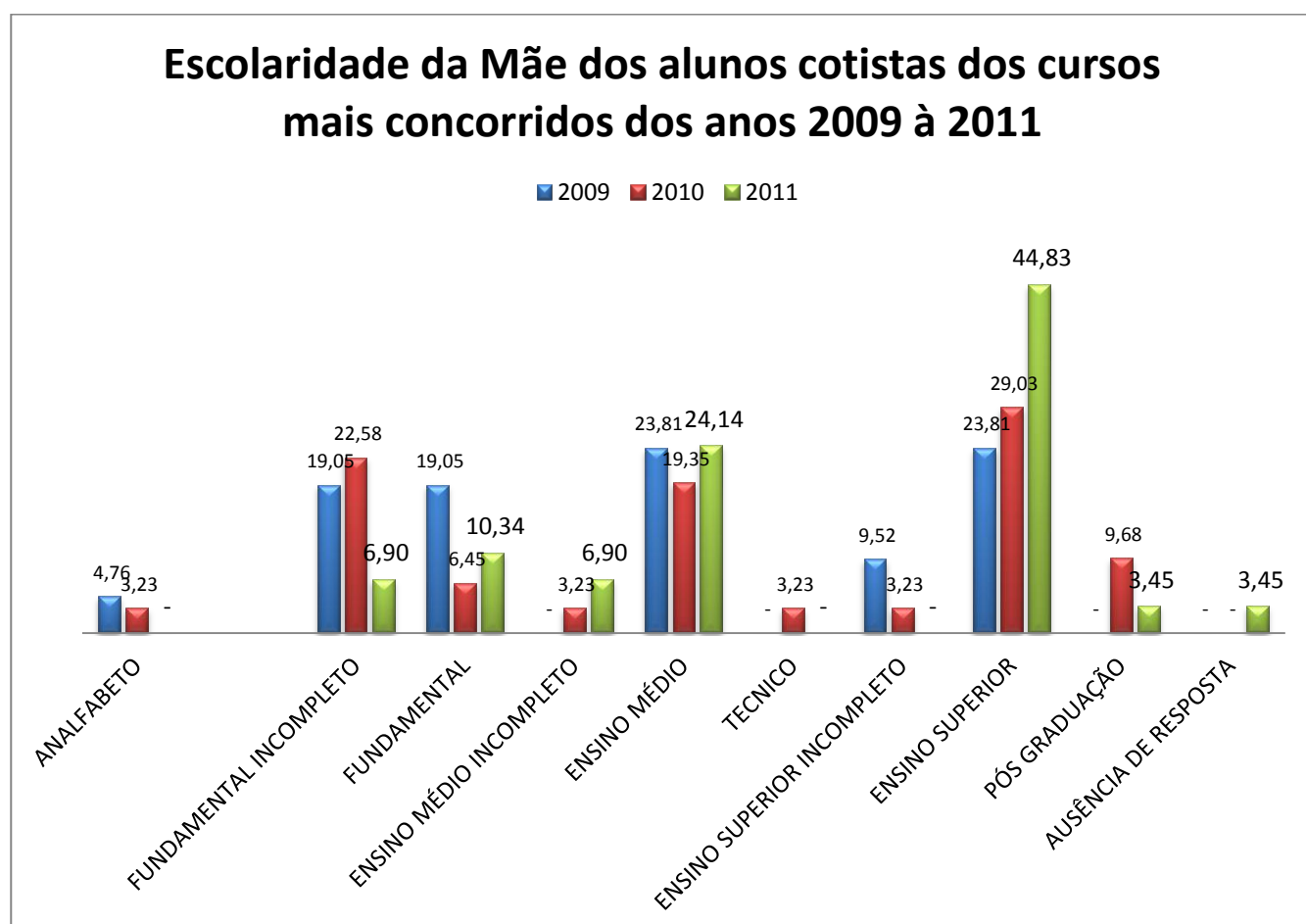
O Capital cultural anterior: escolaridade da mãe e desigualdade de acesso.

Em estudo do IPEA publicado em 2001, buscou-se investigar os determinantes do desempenho escolar no Brasil. Os autores destacaram quatro tipos importantes de determinantes: qualidade e disponibilidade de serviços educacionais, custo de oportunidade do tempo, disponibilidade dos recursos familiares, disponibilidade de recursos comunitários. Os resultados apontaram que dos quatro tipos de determinantes, a escolaridade dos pais, e em particular da mãe, é fator mais importante para determinar o desempenho escolar. (BARROS; MENDONÇA; SANTOS; QUINTAES, 2001, pág. 27)

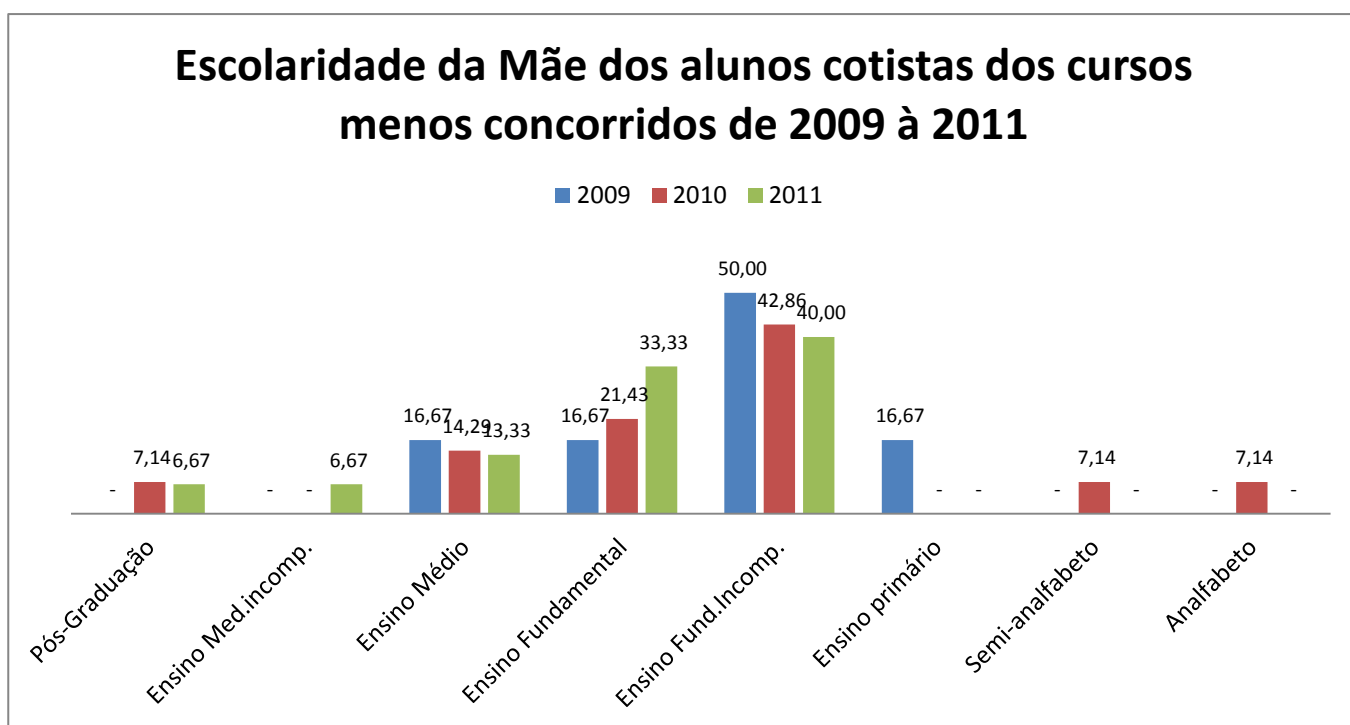
Se as desigualdades se reproduzem ao longo do sistema de ensino, conforme as análises de Bourdieu(2012), é de se esperar que o acesso ao ensino superior, e, principalmente nos cursos mais concorridos dependem de vários fatores e um dos mais importantes seja a escolaridade dos pais. O estudo do IPEA, demonstrou que a escolaridade da mãe é um dos fatores mais importantes no desempenho escolar. Serão analisados se existem diferenças significativas da escolaridade da mãe do perfil dos alunos que compõem a

amostra. Este dado é importante para observarmos o tipo de capital cultural que estes alunos herdaram de suas famílias, e se aqueles que possuem menor capital cultural, usando como indicador a escolaridade da mãe, tem ingressado nos cursos mais e menos concorridos de forma proporcional.

A escolaridade das mães dos alunos cotistas que ingressaram nos cursos mais concorridos é alta, observa-se que três grupos se destacam no gráfico. O primeiro grupo dos alunos cotistas com mães com ensino superior, seguido com mães que completaram o ensino médio. Observe que no ano de 2011, 44,83% das mães dos alunos cotistas dos cursos mais concorridos possuíam nível superior de ensino. No ano de 2010 9,68% dessas mães possuíam curso de pós-graduação. Apenas 4,76 por cento das mães em 2009 eram analfabetas. Observe esses dados no gráfico abaixo:

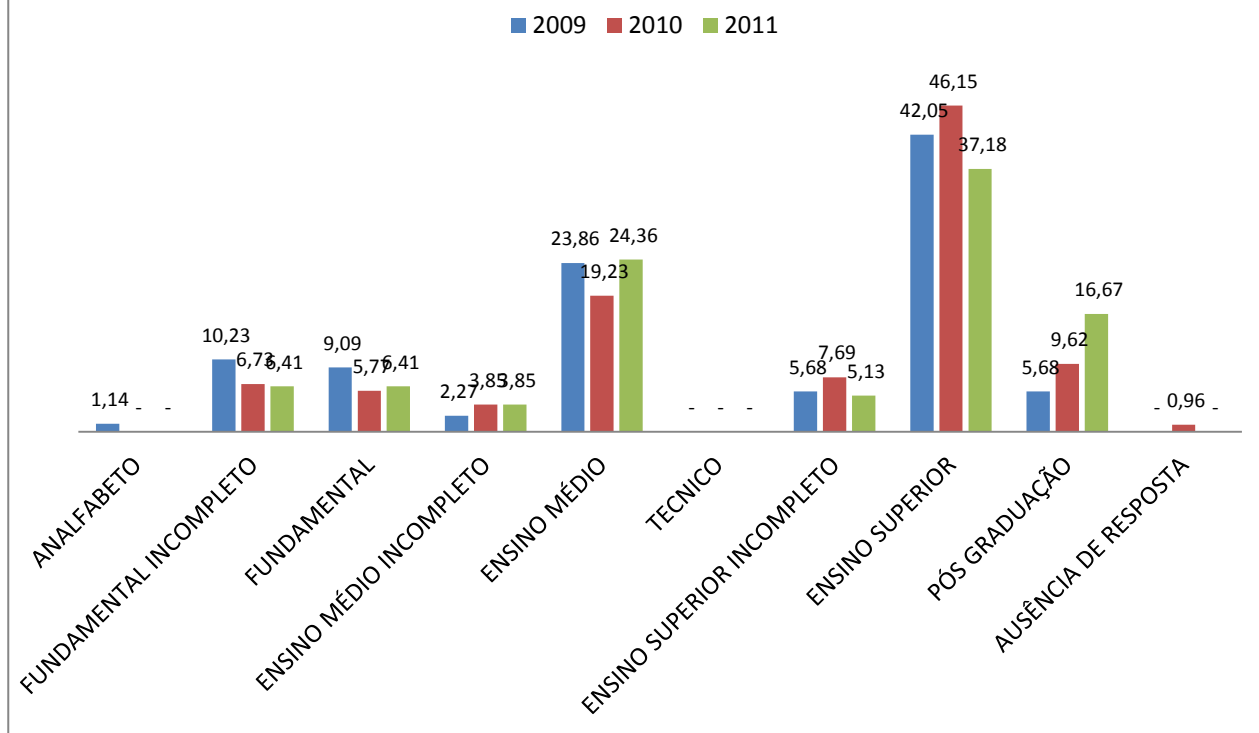


Ao se observar os dados dos alunos cotistas dos cursos menos concorridos os grupos que mais se destacam se invertem. Ou seja, no caso, o maior grupo de mães são daquelas que tem o ensino fundamental incompleto, observe que no ano de 2009 elas compunham 50% da amostra. O segundo maior grupo são daquelas que tem o ensino fundamental completo e por fim daquelas que completaram o ensino médio. O gráfico também apresenta grupo de mães com pós-graduação, apesar de não apresentar mães com escolaridade superior assinalada. O grupo de mães semialfabetizada e analfabeta chega 14,28 por cento apenas no ano de 2010. Observe que o número de mães analfabetas é bem maior entre os alunos cotistas dos cursos menos concorridos. Em termos de capital cultural herdado há nítidas diferenças entre os alunos cotistas dos cursos mais e menos concorridos considerando como indicador a escolaridade das mães. Observe os dados no gráfico abaixo:



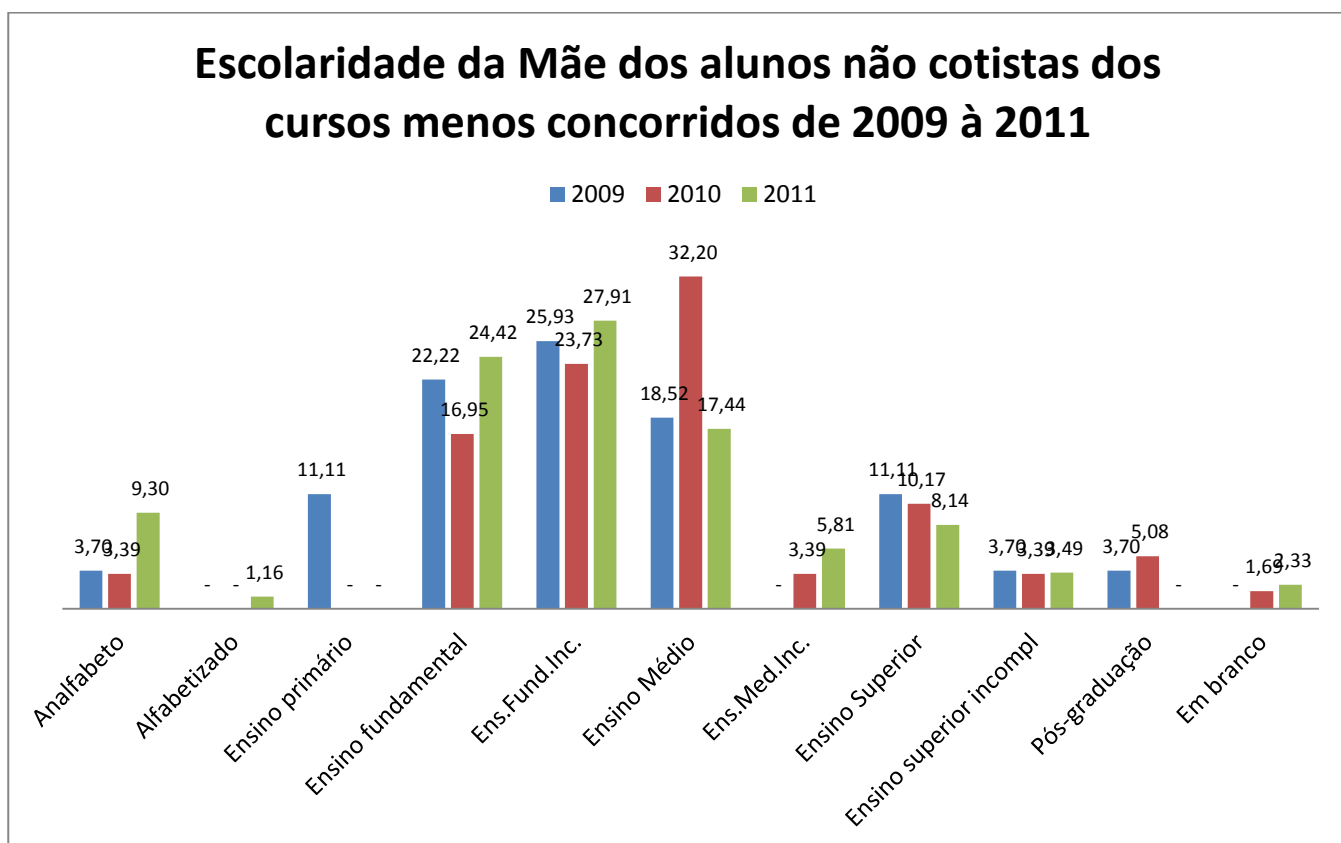
Quanto à escolaridade das mães dos alunos não cotistas dos cursos mais concorridos três grupos se destacam no gráfico: as que possuem ensino superior que em 2010 atinge 46,15%, ensino médio (24,36% em 2011) e ensino fundamental incompleta. No ano de 2011, 16,67% desses alunos informaram que suas mães tinham pós-graduação. Observe o gráfico abaixo:

Escolaridade das mães dos alunos não-cotistas dos cursos mais concorridos de 2009 à 2011



Entre os alunos não cotistas dos cursos menos concorridos o nível de escolaridade das mães que mais se destaca é do grupo das que completaram o ensino médio (32,20% em 2010), seguida de mães que tem o ensino fundamental incompleto (27,91% em 2011), e do ensino fundamental (24,42% em 2011). A maior porcentagem de mães que possuem ensino superior ocorre no ano de 2009 com 11,11%. Ao se comparar com os alunos não cotistas dos cursos mais concorridos, observa-se que o ano que apresenta o menor número de mães com ensino superior é o ano de 2011, mas este grupo é composto por 37,18%. Os alunos não cotistas dos cursos mais concorridos possuem mães com maiores escolaridades. Observe os dados no gráfico abaixo:

Escolaridade da Mãe dos alunos não cotistas dos cursos menos concorridos de 2009 à 2011



Foi constatado a partir das repostas dos ingressantes nos cursos da amostra uma nítida diferença com relação a escolaridade da mãe quando se compara os alunos. Os alunos dos cursos mais concorridos apresentam mães com maior escolaridade. Quando se divide os grupos de alunos entre cotistas e não cotistas, percebe-se uma escolaridade maior das mães de alunos não cotistas. Quando se compara alunos cotistas dos cursos mais e menos concorridos observa-se um perfil educacional mais elevado das mães dos alunos cotistas dos cursos mais concorridos. Os dados indicam que os alunos cotistas dos cursos mais concorridos pertencem a famílias que tem melhor escolaridade, seguindo o raciocínio de Bourdieu, as desigualdades anteriores se reproduzem no acesso ao ensino superior. Os dados indicam que alunos com mães com maior escolaridade tem maiores chances de ingressar em cursos de maior prestígio e status. Apesar disso, os dados dos alunos dos cursos menos concorridos, mostram que a maioria desses alunos terão uma escolaridade maior se comparada com suas mães.

Sistema de Cotas Sociais e Inclusão Étnicorracial

Para uma melhor compreensão sobre a inclusão via sistema de cotas sociais na UFGD torna-se necessário conhecer alguns dados demográficos do Brasil, do Estado de Mato Grosso do Sul e especificamente da cidade de Dourados.

Cor ou raça	Brasil	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Total	190.755.799	100
Branca	91.051.646	47,73
Preta	14.517.961	7,61
Amarela	2.084.288	1,09
Parda	82.277.333	43,13
Indígena	817.963	0,43
Sem declaração	6.608	0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Ao ser utilizado o critério do IBGE¹ que considera a população negra como o conjunto formado por aqueles que se autoidentificam como pretos e pardos teríamos um pouco mais da metade da população brasileira sendo considerada como negra. A somatória é de 50, 74%. A população indígena compõem 0,43 por cento dessa população.

¹ Ver em Soares et ali (2002).

Nas próximas tabelas os dados são referentes ao Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Dourados, onde está situada a Universidade Federal da Grande Dourados.

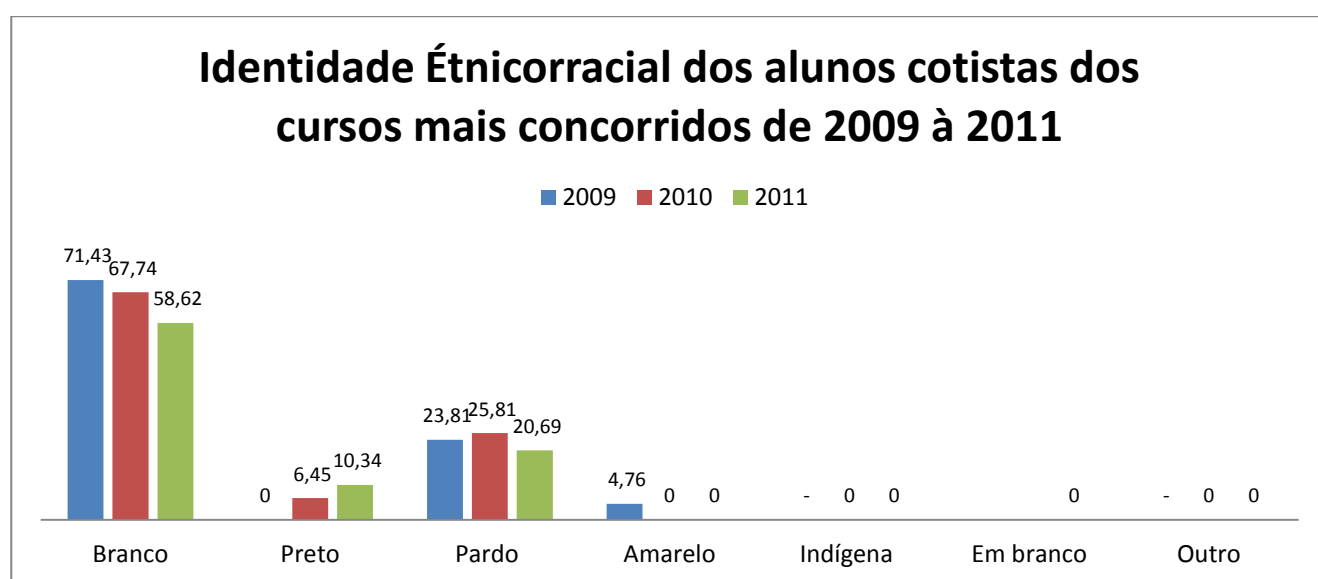
Mato Grosso do Sul			Dourados - MS	
Cor ou raça	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Total	2.449.024	100	196.035	100
Branca	1.158.103	47,29	109.330	55,77
Preta	120.096	4,9	7.743	3,95
Amarela	29.957	1,22	2.902	1,48
Parda	1.067.560	43,59	69.230	35,32
Indígena	73.295	2,99	6.830	3,48
Sem declaração	13	0	0	0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

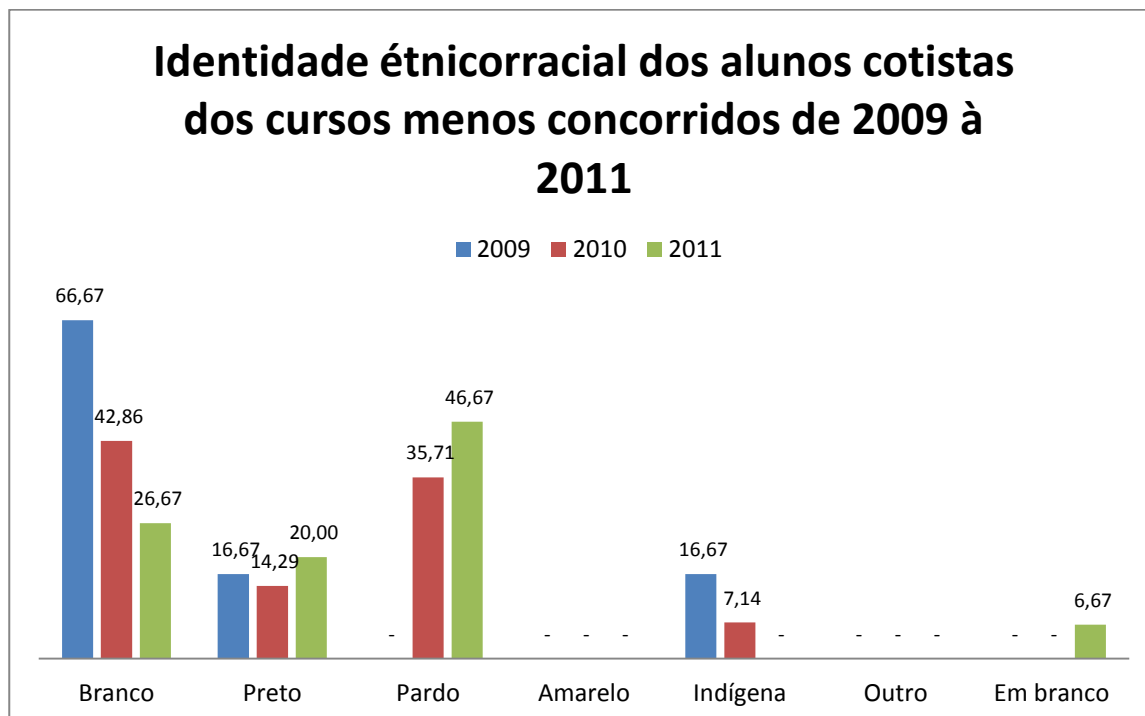
Os dados do Mato Grosso do Sul demonstram uma população que na maioria se identifica como negra, num total de 48,49 por cento. Foi adotada a categoria do IBGE que considera como “negro” o somatório dos que se autoidentificam como pretos e pardos. Os que se identificam como brancos compõem 47,29 por cento da população. Quanto à população indígena temos 2,99 por cento da população do estado. Dourados enquanto segunda maior população do Mato Grosso do Sul, tem uma população negra (somatório de pretos e pardos) estimada em 39,7. A população indígena é composta por 3,48 por cento da população de Dourados, um pouco acima da taxa do estado que se encontra em 2,99 por cento da população total.

Ao se comparar os dados sobre a população indígena com o resto do país observa-se que o percentual do estado é de 2,99 por cento enquanto o Brasil é de 0,43%, quanto a cidade de Dourados, sua taxa chega à 3,48 por cento de sua população. Serão analisados agora o perfil étnicorracial dos alunos que ingressaram a partir da adoção do sistema de cotas sociais.

Observe que entre os alunos cotistas dos cursos mais concorridos no ano de 2009, 71,43% dos alunos se autoidentificavam como brancos. Nos anos posteriores, esses números declinam, mas ainda assim no ano de 2011 chega a 58,62%. Observe que nenhum aluno se identificou como preto no ano de 2009. Depois dos brancos o maior grupo é formado pelos pardos. Observe que a categoria variou entre 23,81% à 20,69. Utilizando-se do mesmo critério do IBGE, que considera a categoria negro o somatório dos grupos dos que se identificam como pretos e pardos, no ano de 2010, teríamos que 32,26% da amostra seria formada por negros e ano de 2011 a somatória cairia para 25,45% da amostra. No ano de 2009 nenhum aluno se identificou como negro. Neste ano os pardos compunham 23,81% da amostra. Considerando que os negros em Mato Grosso do Sul totalizam 48,49% da população, a inclusão deste grupo entre os alunos cotistas dos cursos mais concorridos está abaixo da distribuição demográfica da população. No caso da população indígena é mais grave ainda, nenhum aluno da amostra se identificou como indígena. Observe os dados logo abaixo:



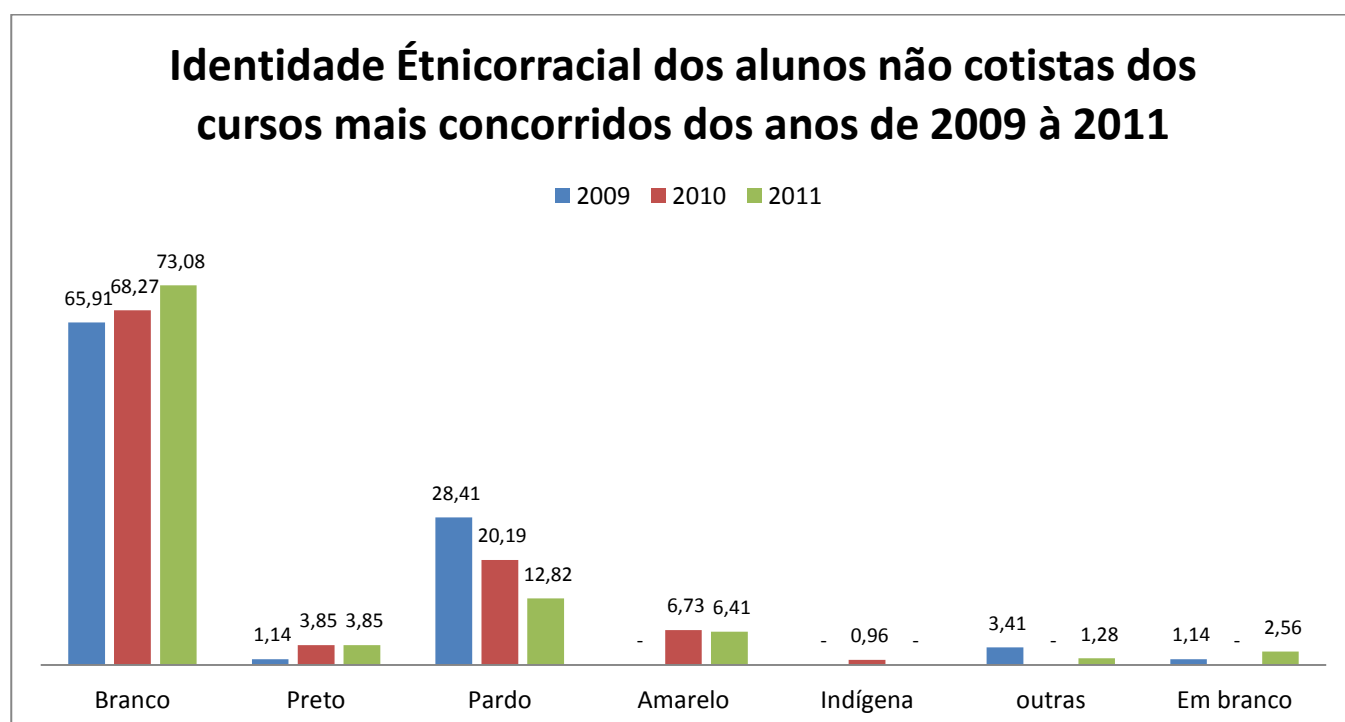
Logo abaixo encontra-se o gráfico dos alunos cotistas dos cursos menos concorridos:



O gráfico mostra que mesmo entre os alunos cotistas dos cursos menos concorridos prevalecem os alunos que se identificam como brancos. No ano de 2009 os brancos compõem 66,67% dos alunos. Caindo nos anos posteriores. Em 2011 os brancos não alcançam a metade do ano de 2009 compondo 26,67% da amostra. Quanto aos negros, eles aumentam se comparados aos cursos mais concorridos, no ano de 2011 se somarmos pretos e pardos chegam 66,67% da amostra, ou sejam, estão em número superior a porcentagem da população. No ano de 2010 totalizam 50% da amostra. Só no ano de 2009 eles estão em número menor, considerando que só temos alunos que se identificam como pretos. Entre os cotistas dos cursos mais concorridos nenhum aluno se identificou como indígena. Os cotistas dos cursos menos concorridos apresentam alunos que se identificaram como indígenas. Esses alunos totalizam em 2009 16,67% da amostra, caindo para 7,14% da amostra em 2010 e em 2011, nenhum aluno se identificou como indígena.

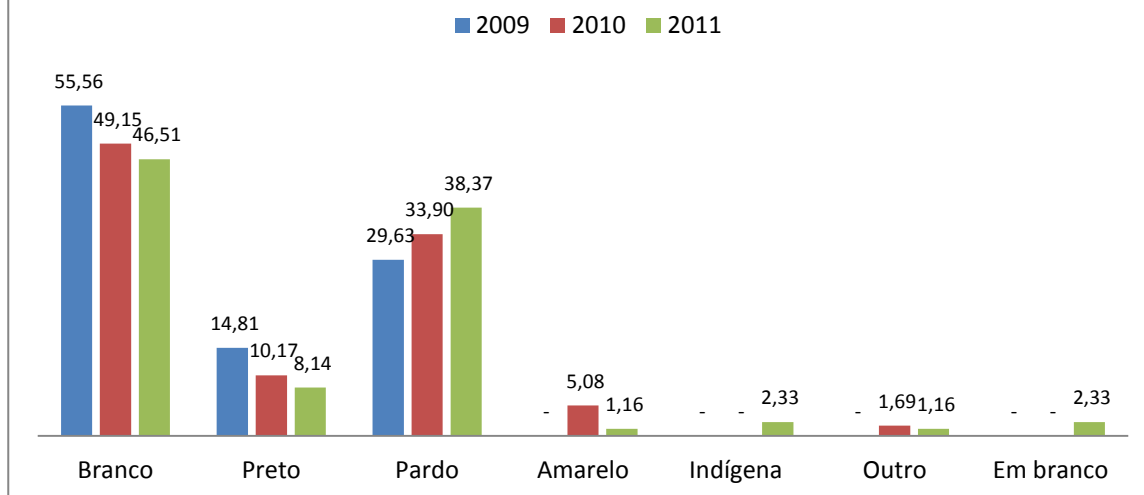
Como foi dito anteriormente, foram poucos os alunos cotistas dos cursos menos concorridos que responderam os questionários. Observe em números absolutos o total de alunos que responderam. As porcentagens foram calculadas com os trinta e cinco (35) questionários entregues. No ano de 2009, foram seis (6) alunos, sendo que quatro (4) se identificaram como brancos, um (1) como preto e um (1) indígena. No ano de 2010, catorze (14) responderam o questionário, seis (6) se identificaram como brancos, dois (2) como pretos, cinco (5) como pardos e um (1) como indígena. No ano de 2011, quinze (15) alunos que responderam, quatro (4) brancos, três (3) pretos, sete (7) pardos e um aluno deixou em branco, nenhum deles se identificou como indígena.

Serão analisados agora os dados dos alunos não cotistas dos cursos mais concorridos:



Em todos os anos predominam alunos que se autoidentificam como brancos. Entre os anos de 2009 à 2011, variam entre 65,91% à 73,08%. Os negros (somatório de pretos e pardos) variam de 29,55 % à 16,67%, observem que um declínio entre os anos analisados. Os indígenas representam apenas 0.96% da amostra.

Identidade étnicorracial dos alunos não cotistas dos cursos menos concorridos de 2009 à 2011



Nos cursos menos concorridos existe uma maior diversidade pelo menos se compararmos os grupos de alunos brancos e negros. Observem que os brancos variam entre 55,56% à 46,51% dos alunos que responderam o questionário. Quanto aos negros (somatório de pretos e pardos) no ano de 2009 correspondem 44,44% dos alunos em 2009. Em 2010 os negros totalizam 44,07%. Em 2011 atingem 46,51% dos alunos. Quanto aos indígenas atingem 2,33% da amostra.

Considerações Finais

A discussão de medidas que possibilitam a inclusão social na universidade é resultado do processo de democratização da sociedade brasileira.

As universidades para serem consideradas democráticas precisam refletir a composição étnicorracial de suas populações. Como Carvalho (2003), aponta mais do que o aumento de vagas é preciso diversificar o corpo discente. No caso específico da UFGD, os dados coletados mostram que negros e indígenas ainda estão em menores números.

O recorte da pesquisa entre cursos mais e menos concorridos procurou investigar se o Sistema de Cotas sociais estaria modificando o perfil dos alunos destes cursos. Os dados nos mostraram que boa parte dos alunos que ingressaram nos cursos mais concorridos tem maiores condições de se manterem na faculdade. Estes alunos são oriundos de famílias, onde as mães possuem alta escolaridade. Os que ingressaram nos cursos mais concorridos através do sistema de cotas sociais tem características muito próximas dos alunos não cotistas.

Quanto aos cursos menos concorridos, formado pelas Licenciaturas, os dados levantados indicam que a maioria dos alunos dependem da família, bolsas e trabalho para se manterem. São formados por alunos oriundos de famílias, com menor capital cultural, em sua maioria apresentam mães com menor escolaridade se comparada com os cursos mais concorridos.

Quando comparamos os alunos cotistas, observamos que os cursos mais concorridos também apresentam alunos com melhores condições de se manterem na universidade. Os alunos cotistas dos cursos mais concorridos dependem em sua maioria de suas famílias, enquanto os cotistas dos menos concorridos, dependem além das famílias, de bolsas e trabalho. Os cursos mais e menos concorridos continuam a reproduzir as desigualdades sociais que pretendem romper, ou, seja, alunos que tem famílias com melhores condições financeiras e capital cultural terão maiores probabilidades de ingressar nesses cursos. Os menos concorridos continuam atendendo alunos com menores condições de se manter, com pais com escolaridade menor e dependendo de trabalho e bolsa para suas despesas.

Em termos de inclusão étnicorracial o Sistema de Cotas Sociais não tem incluído em termos proporcionais a diversidade da população do Mato Grosso do Sul. Negros e indígenas ainda são grupos poucos representativos na Universidade, o caso mais grave parece ser da população indígena. Não obstante os dados nos mostraram que quando esses grupos são incluídos eles prevalecem nos cursos menos concorridos, considerados de menor prestígio e status e que possuem alto índice de evasão. Os cursos menos concorridos tem

maiores probabilidade de incluírem negros e indígenas se comparados aos mais concorridos. O Sistema de Cotas Sociais parece não tido sucesso em alterar esse quadro. Portanto é preciso observar quem está sendo incluído em que cursos.

Esses dados nos mostram a necessidade de se criar bancos de dados sobre os alunos que ingressam nas universidades. Dados consistentes e análises detalhadas por cursos, serão imprescindíveis para o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão social no ensino superior. Cabe destacar que a UFGD também iniciou novos debates acerca do Reuni e tudo parece indicar que o sistema de cotas sociais será ampliado incluindo o recorte étnicorracial.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcio Mucedula. **A especificidade da Ação Afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG**. Dourados-MS: Editora UFGD, 2009.

AGUIAR, M.M.; FAISTING, A.L. Direitos Humanos e Políticas de Ações Afirmativas: representações acerca das desigualdades sociais e étnicorraciais entre alunos e professores na UFGD. *34 ° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2010.*

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel Domingues dos; QUINTAES, Giovani. **Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

CARVALHO, José Murilo. A Universidade Pública e a Diversificação do Corpo Discente. In.: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória. (orgs.) **Universidade Pública e Inclusão Social: experiência e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FERES JÚNIOR, João.; ZONINSEIN, Jonas. (orgs) - **Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

FERES JÚNIOR, João.; ZONINSEIN, Jonas. (orgs) **Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade e o direito como instrumento de transformação social**: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERINGER, Rosana. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil**: um balanço do período 2001-2004. In.: *Ação Afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

SOARES, Sergei *et alii*. **Diagnóstico da situação atual do negro na sociedade brasileira**. Mimeo. (texto preparado para Fundação Cultural Palmares, deverá ser publicado no livro Reescrevendo a história do negro do Brasil.), 2002.

SHWARTZMAN, Simon. A Questão da Inclusão Social na Universidade Brasileira. In.: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória. (orgs.) **Universidade Pública e Inclusão Social: experiência e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.